

**3º Relatório da Comissão de Avaliação (CA) do Termo de Parceria nº 44/2017 celebrado entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública e a OSCIP Instituto Elo.**

**3º Período Avaliatório: 01 de abril de 2018 a 31 de maio de 2018**

**1. INTRODUÇÃO**

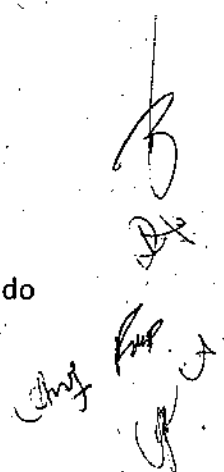
O propósito deste Relatório é avaliar os resultados obtidos na execução do Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais – SESP/MG e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Instituto Elo, a partir dos resultados pactuados para o período de 01/04/18 a 31/05/18.

O Termo de Parceria em questão tem como objeto “a co-execução de ações da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, propiciando o desenvolvimento das atividades das Unidades e dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade definidos pela SESP/SUPEC.”

Esta avaliação está prevista no art. 14 da Lei nº 14.870/2003 e no art. 46 do Decreto nº 46.020/2012, que estabelecem que a CA é responsável pela análise dos resultados alcançados em cada período avaliatório estabelecido no Termo de Parceria, com base nos indicadores de resultados e produtos constantes do seu Anexo II - Programa de Trabalho.

Conforme Resolução SESP nº 1, de 03/01/2018, esta Comissão de Avaliação é integrada pelos seguintes membros:

- I – Gleysiane Freire Diniz, MASP: 1.080.083-7, pelo Órgão Estatal Parceiro;
- II – Andreza Rafaela Abreu Gomes, MASP: 1.311.047-3, pelo Órgão Estatal Parceiro;
- III – Gleiber Gomes de Oliveira, CPF: 971.914.346-00, pela OSCIP;
- IV – Fabiano Neves Alves Pereira, CPF: 055.665.886-89, pela OSCIP;
- V – Eduardo Campos Prosdocimi, MASP: 752.262-6, pela SEPLAG;
- VI – Amanda Moura Farnezi, MASP: 1.213.259-3, pela SEPLAG;
- VII – Rodrigo Alisson Fernandes, CPF: 001.278.206-80, especialista da área objeto do Termo de Parceria, indicado pelo OEP, não integrante da administração estadual.



VIII - Diogo Alves Caminhas, CPF: 059.439.396-52, especialista da área objeto do Termo de Parceria, indicado pelo OEP, não integrante da administração estadual.

A Sra. Gleysiane Freire Diniz, representante do Órgão Estatal Parceiro, justificou sua ausência devido a férias regulamentares, conforme informado previamente, estando presente na reunião o Supervisor Adjunto do Termo de Parceria, Sr. Fábio César Araújo Costa, MASP 1.371.901-8.

O Sr. Eduardo Campos Prosdocimi, representante da SEPLAG, justificou previamente sua ausência devido a sua convocação para participar em outra reunião, pela SEPLAG, no mesmo dia e horário da reunião da Comissão de Avaliação.

## 2. METODOLOGIA DE ANÁLISE ADOTADA

Para empreender esta avaliação, os membros da Comissão de Avaliação analisaram os Relatórios Gerenciais de Resultados e Financeiro encaminhados pela Comissão Supervisora do Termo de Parceria em 15/06/2018. Destaca-se que estes relatórios foram previamente encaminhados pela OSCIP a Supervisora do Termo de Parceria, que declarou ter supervisionado as ações realizadas e a execução financeira do Termo de Parceria, efetuado a conferência das fontes de comprovação e, ainda, atestado a fidedignidade das informações apresentadas nos relatórios.

A avaliação dos resultados é efetuada conforme Sistemática de Avaliação definida no Anexo III do Termo de Parceria e respectivos Termos Aditivos. Além disso, será atribuída nota e, se for o caso, serão feitas recomendações aos envolvidos para os próximos períodos avaliatórios.

### 3. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES E METAS

Área Temática	Indicador	Peso	V0	Meta	Realizado	Dias de Atraso	Nota (CD)	Nota x Peso	Meta Acumulada	Resultado Acumulado
Programa Mediação de Conflitos	1.1	6,00%	14318	2300	6621	-	10,00	0,60	2300	6621
	1.2	6,00%	-	700	4211	-	10,00	0,60	700	4211
	1.3	5,00%	2793	230	1371	-	10,00	0,50	230	1371
Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	1,00%	-	480	381,5	-	7,95	0,08	-	-
	2.2	8,00%	8714	9300	8917,5	-	9,59	0,77	-	-
	2.3	8,00%	-	43810	44786	-	10,00	0,80	43810	44786
Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA	3.1	6,00%	-	10000	15006	-	10,00	0,60	10000	15006
	3.2	6,00%	0,8822	94	95,94	-	10,00	0,60	-	-
	3.3	5,00%	-	1350	586	-	4,34	0,22	1350	586

Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional - PrEsp	4.1	Número acumulado de novos egressos inscritos no Programa PrEsp	6,00%	3655	1350	1756	-	10,00	0,60	1350	1756
	4.2	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	6,00%	16819	8100	6171	-	7,62	0,46	8100	6171
	4.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	5,00%	-	605	258	-	4,26	0,21	605	258
Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	5.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	4,00%	-	100	100	-	10,00	0,40	-	-
	5.2	Percentual de participação das equipes nas capacitações	4,00%	0,9961	100	99,8	-	9,98	0,40	-	-
	5.3	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	4,00%	-	15	7,8	-	10,00	0,40	-	-
Gestão da Parceria	7.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	6,00%	0,919	100	100	-	10,00	0,60	-	-
	7.2	Efetividade do monitoramento do Termo de Parceria	4,00%	-	100	62,5	-	6,25	0,25	-	-

**DESEMPENHO GERAL NO QUADRO DE INDICADORES**

á (Nota x Peso) (a)	á Pesos (b)	Nota (a/b)
8,68	96%	9,04

### 3.1. OBSERVAÇÕES ACERCA DO RESULTADO ALCANÇADO:

**Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos**

**Meta cumprida.** O resultado alcançado foi de 6.621 atendimentos e a meta pactuada era de 2.300 atendimentos.

**Indicador 1.2 - Número acumulado de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos**

**Meta cumprida.** O resultado alcançado foi de 4.211 pessoas atendidas e a meta pactuada era de 700 pessoas atendidas.

**Indicador 1.3 - Número acumulado de encaminhamentos do Programa Mediação de Conflitos para a rede de proteção social**

**Meta cumprida.** O resultado alcançado foi de 1.371 encaminhamentos e a meta pactuada era de 230 encaminhamentos.

Os representantes da OSCIP apresentaram a tabela retificada desse indicador, conforme quadro abaixo:

Distribuição dos encaminhamentos por destino do encaminhamento		
Destino do encaminhamento	Frequência	Percentual
DEFENSORIA PÚBLICA	165	29,41%
ASSISTÊNCIA JURÍDICA	118	21,03%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	72	12,83%
OUTROS	41	7,31%
SAÚDE	33	5,88%
TRABALHO, EMPREGO E RENDA	32	5,70%
PODER JUDICIÁRIO	21	3,74%
POLÍCIA CIVIL	16	2,85%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	14	2,50%
SEDS	9	1,60%
MINISTÉRIO PÚBLICO	8	1,43%
HABITAÇÃO / INFRA-ESTRUTURA	7	1,25%
TERCEIRO SETOR	7	1,25%

CONSELHOS	6	1,07%
POLÍCIA MILITAR	4	0,71%
TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA	3	0,53%
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	0,53%
ÓRGÃOS DE CLASSE	1	0,18%
TRANSPORTE E TRÂNSITO	1	0,18%
EDUCAÇÃO	0	0,00%
TOTAL	561	100,00%

**Indicador 2.1 - Média mensal de Projetos de oficinas executados através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

**Meta não cumprida.** O resultado alcançado foi a média de 381,5 Projetos de oficinas executados e a meta pactuada era de 480 Projetos de Oficinas.

**Indicador 2.2 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

**Meta não cumprida.** A média mensal alcançada foi de 8.917,5 jovens participantes nas oficinas e a meta pactuada era de média de 9.300 jovens.

**Indicador 2.3 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

**Meta cumprida.** O resultado alcançado foi de 44.786 atendimentos e a meta pactuada era de 43.810 atendimentos.

**Indicador 3.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA**

**Meta cumprida.** O resultado alcançado foi de 15.006 atendimentos e a meta pactuada era de 10.000 atendimentos.

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

**Indicador 3.2 - Percentual de cumprimento de alternativas penais monitoradas pelo Programa CEAPA**

**Meta cumprida.** O resultado alcançado foi de 95,94% de cumprimento de alternativas penais monitoradas e a meta pactuada era de 94% de cumprimento.

Os representantes do OEP e da OSCIP apresentaram a redefinição do conceito de "penas monitoradas" do indicador, sendo que a Comissão de Avaliação, após discussões metodológicas em conjunto, aprovou a alteração desse entendimento. Considera-se, então, como penas monitoradas o saldo de penas (do período anterior) que permanecem em monitoramento somadas às novas penas do período em avaliação. Deste modo, frente a este novo entendimento, retifica-se os valores apresentados nos relatórios anteriores, sendo que:

- No 1º período avaliatório, onde se lê "99,32%", leia-se "98,83%;
- No 2º período avaliatório, onde se lê "97,23%," leia-se "96,88%".

O OEP informou que os valores retificados não alteram a nota da parceria haja vista que em ambos os casos a meta de 94% foi superada.

**Indicador 3.3 – Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio**

**Meta não cumprida.** O resultado alcançado foi de 586 ações junto às redes de apoio e a meta pactuada era de 1.350 ações.

**Indicador 4.1 - Número acumulado de novos egressos inscritos no Programa PrEsp**

**Meta cumprida.** O resultado alcançado foi de 1.756 novos egressos inscritos no Programa PrEsp e a meta pactuada era de 1.350 novos inscritos.

**Indicador 4.2 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp**

**Meta não cumprida.** O resultado alcançado foi de 6.171 atendimentos realizados pelo PrEsp e a meta pactuada era de 8.100 atendimentos.

Os representantes da OSCIP apresentaram na reunião da Comissão de Avaliação a relação dos tipos de atendimentos realizados pelo PrEsp e informaram que passarão a constar nos próximos relatórios, conforme quadro abaixo:

Distribuição dos atendimentos por tipo - PRESP, Abril-Maio de 2018	Frequência	Percentual
Nº total de atendimentos de inscrição	544	24,43%
Nº total de atendimentos de egressos em acompanhamento	1.196	53,70%
Nº total de egressos atendidos no CPC que não residem neste município	83	3,73%
Nº de participantes nas atividades realizadas com egressos	243	10,91%
Nº de participantes nas atividades realizadas com pré-egressos	81	3,64%
Nº de participantes nas atividades realizadas com familiares	7	0,31%
Nº de atendimentos ao familiar do egresso	73	3,28%
Total	2.227	100,00%

**Indicador 4.3 - Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional**

**Meta não cumprida.** O resultado alcançado foi de 258 atividades de mobilização da rede e a meta pactuada era de 605 atividades.

**Indicador 5.1 - Percentual de acompanhamento *in loco* da Supervisão no interior**

**Meta cumprida.** O resultado alcançado foi de 100% de acompanhamento *in loco* da Supervisão no interior e a meta pactuada era de 100%.

**Indicador 5.2 - Percentual de participação das equipes nas capacitações**

**Meta não cumprida.** O resultado alcançado foi de 99,80% de participação e a meta pactuada era de 100%.



**Indicador 5.3 - Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto**

**Meta cumprida.** O resultado alcançado foi a média de 7,8 dias para recomposição de vagas em aberto e a meta pactuada era média de 15 dias.

**Indicador 6.1 - Número de relatórios analíticos das UPCs de base local**

Não houve meta para esse indicador no período avaliatório.

**Indicador 6.2 - Número de relatórios descritivos da gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

**Meta cumprida.** O resultado alcançado foi entrega de 2 Relatório e a meta pactuada era de 2 Relatórios.

**Indicador 7.1 - Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica**

**Meta cumprida.** O resultado alcançado foi de 100% e a meta pactuada era de 100%. De acordo com o quadro do cálculo do desempenho apresentado no Termo de Parceria, foi atribuída nota 10 a este indicador.

**Indicador 7.2 - Efetividade do monitoramento do Termo de Parceria**

De acordo com o quadro do cálculo do desempenho apresentado no Termo de Parceria, foram cumpridas dentro do prazo 5 (cinco) ações das 8 (oito) previstas para o período avaliatório, portanto, o resultado alcançado foi de 62,50% e a meta pactuada era de 100%.

As representantes do OEP e da OSCIP ressaltaram os exíguos prazos determinados pelo Decreto Estadual nº 46.020 de 2012 e sugeriram aos

representantes da SEPLAG a avaliação quanto à possibilidade de alteração dos referidos prazos.

Em resposta à viabilidade de alteração dos prazos previstos no Decreto Estadual nº 46.020/2012 apresentada no indicador 7.2, os representantes da SEPLAG ressaltaram que embora o decreto que regulamenta a Lei nº 14.870/2003 tenha sido alterado em 2012, os prazos para elaboração dos relatórios gerenciais foram aplicados igualmente aos 48 Termos de Parcerias celebrados até o momento por diversos Órgãos Estaduais ao longo dos 15 anos de existência do modelo de parcerias com Oscip no Estado de Minas Gerais. Dentre estes, incluem-se também os 3 Termos de Parceria celebrados pela antiga SEDS, atual SESP, no âmbito da política de prevenção à criminalidade executados desde o ano 2005.

Neste sentido, cabe esclarecer que embora os prazos sejam contabilizados a partir do término do período avaliatório para viabilizar a análise dos dados para a realização dos procedimentos de avaliação, há a previsão no art. 44, §3º de Decreto supracitado que "para a realização das atividades de monitoramento, a Comissão Supervisora deverá estabelecer práticas de acompanhamento e verificação no local das atividades desenvolvidas, mediante agenda de reuniões e encontros com os dirigentes da OSCIP, para assegurar a adoção das diretrizes constantes do Termo de Parceria." Dessa forma, é necessário que o OEP adote providências que possibilitem o acompanhamento da execução em tempo real e estabeleça rotina específica de cada Termo de Parceria com o objetivo de viabilizar as atividades previstas, compilar os dados, elaborar e analisar os relatórios em tempo hábil.

Por fim, é importante salientar ainda que os prazos referentes ao fluxo de avaliação só poderiam ser alterados por meio de outro Decreto mas os mesmos não foram objeto de revisão durante a última alteração do Decreto Estadual nº 46.020/2012, ocorrida em 13/9/2017, por não haver pleito de nenhum OEP neste sentido. Ademais, atualmente, consideramos inviável tramitar novo Decreto para tanto, tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei nº 2728/2015.

#### 4. AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS

##### Produto 3.2 – Novas Unidades de Prevenção à Criminalidade em funcionamento

Os representantes do OEP e da OSCIP esclareceram que, em que pese a implantação das Novas Unidades de Prevenção à Criminalidade, todos os esforços foram empreendidos para que todas elas ocorressem dentro do prazo inicialmente estabelecido no Programa de Trabalho do Termo de Parceria. Entretanto, a finalização integral desse produto restou prejudicada considerando que muitos dos procedimentos de implantação de novas Unidades, além de serem bastante complexos, são atrelados a vários outros fatores, inclusive fatores que dependem de esforços dos municípios. A representante do OEP acrescentou que parte dos procedimentos burocráticos dependeram das Prefeituras, que ficaram responsáveis por providenciarem os imóveis que sediam as novas Unidades e não eram de governabilidade do OEP na conclusão destes. Apesar disso, os integrantes do OEP e OSCIP pontuaram que 3 (três) das 4 (quatro) implantações estão em funcionamento e que a Prefeitura de Sete Lagoas já desocupou o espaço e disponibilizou as chaves do imóvel na data de 19/07/18, sendo tão logo as equipes contratadas para início das atividades, previsto para 10/08/18.

#### 5. PONTUAÇÃO FINAL

A pontuação apurada na reunião da Comissão de Avaliação, baseada no Relatório Gerencial, foi de 6,33, conforme cálculo abaixo:

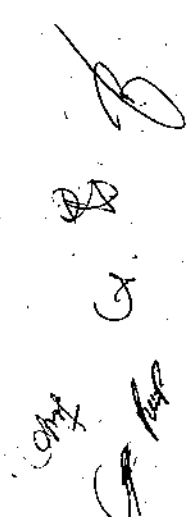
DESEMPENHO GLOBAL DO TERMO DE PARCERIA NO PERÍODO				
	Nota	Peso	Nota x Peso	Pontuação Global
Quadro de Indicadores e Metas	9,04	70%	6,33	6,33
Quadro de Ações	0,00	30%	0,00	

Conceito: Regular

## 6. QUADRO DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

### 6.1 - Recurso do Tesouro Estadual

	Previsão				Realizado				Realizado (%) Previsão	Previsão (-) Realizado
	Entrada de Recursos	ABRIL		MAIO		ABRIL	MAIO			
		Acumulado	01/04/2018 a 30/04/2018	01/05/2018 a 31/05/2018	TOTAL		01/04/2018 a 30/04/2018	01/05/2018 a 31/05/2018		
11	Receitas									
111	Repasses do Termo de Parceria	12.899.816,83	6.269.323,28		19.169.739,11	395.200,00		4.700.200,00	24,52%	14.469.539,11
112	Receita Arrecadada em Função do IP									
114	Outras Receitas									
2.1	Rendimentos de Aplicações Fm.					2.773,36	2.906,21	11.053,57		(11.053,57)
	<b>(E) Total de Entradas:</b>	<b>12.899.816,83</b>	<b>6.269.923,28</b>	<b>19.169.739,11</b>	<b>4.310.374,00</b>	<b>397.973,36</b>	<b>2.906,21</b>	<b>4.711.253,57</b>	<b>24,58%</b>	<b>#####</b>
2	Saída de Recursos									
2.1	Gastos com Pessoal									
2.11	Salários	3.774.544,00	943.636,00	943.636,00	5.661.816,00	703.582,19	705.299,83	3.858.469,53	68,15%	1.803.346,47
2.12	Estagiários	539.600,00	134.900,00	134.900,00	809.400,00				0,00%	809.400,00
2.13	Encargos	2.603.683,72	638.847,93	658.147,93	3.900.679,58	480.660,68	483.349,16	2.339.706,39	59,98%	1.560.973,19
2.14	Benefícios	1016.499,36	254.124,84	254.124,84	1.524.749,04	224.492,21	225.337,20	1.213.150,17	79,56%	311.598,87
	<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>7.934.327,08</b>	<b>1.971.508,77</b>	<b>1.990.808,77</b>	<b>11.896.644,62</b>	<b>1.408.755,08</b>	<b>1.413.986,19</b>	<b>7.411.326,09</b>	<b>62,30%</b>	<b>4.486.318,53</b>
2.2	Gastos Gerais	2.437.070,00	547.310,00	1.629.140,00	4.613.520,00	468.096,49	454.440,81	2.053.544,96	44,51%	2.559.975,04
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	9.600,00			9.600,00			8.595,00	89,53%	1.005,00
2.4	Transferência para Reserva de Recursos					2.140,04	2.850,96	8.492,56		(8.492,56)
	<b>(S) Total de Saídas:</b>	<b>10.380.997,08</b>	<b>2.518.818,77</b>	<b>3.619.948,77</b>	<b>16.519.764,62</b>	<b>1.878.991,51</b>	<b>1.871.277,96</b>	<b>9.481.958,61</b>	<b>57,40%</b>	<b>7.037.806,01</b>



6.2 - Recurso do Tesouro Federal – Centros Integrados de Alternativas Penais

	Previsto				Realizado				Realizado (%) Previsto	Previsto (-) Realizado
	Entrada de Recursos	Acumulado	ABRIL	MAIO	Acumulado	ABRIL	MAIO	TOTAL		
			01/04/2018 a 30/04/2018	01/05/2018 a 31/05/2018		01/04/2018 a 30/04/2018	01/05/2018 a 31/05/2018			
1										
11	Receitas									
111	Repasses do Termo de Parceria	668.696,01	443.624,80	1.112.320,81	668.696,01	443.624,80	1.112.320,81	100,00%		
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	1.375,24	2.405,09	5.337,91	1.375,24	2.405,09	5.337,91		(5.337,91)	
	<b>(E) Total de Entradas:</b>	<b>668.696,01</b>	<b>443.624,80</b>	<b>1.112.320,81</b>	<b>670.071,25</b>	<b>445.182,38</b>	<b>1.117.658,72</b>	<b>100,48%</b>	<b>(5.337,91)</b>	
2	Saida de Recursos									
2.1	Gastos com Pessoal									
2.11	Salários	196.060,00	95.980,00	388.020,00	99.696,82	69.275,33	237.920,96	61,32%	450.099,04	
2.12	Estagiários									
2.13	Encargos	132.372,84	63.945,63	261.384,10	48.884,88	47.872,68	145.449,61	55,65%	115.934,49	
2.14	Benefícios	52.317,10	25.864,00	104.045,10	42.440,69	25.492,14	91.594,37	88,03%	12.450,73	
	<b>Subtotal (Pessoal):</b>	<b>380.749,94</b>	<b>185.789,63</b>	<b>753.449,20</b>	<b>191.022,39</b>	<b>142.640,15</b>	<b>474.964,94</b>	<b>63,04%</b>	<b>278.484,26</b>	
2.2	Gastos Gerais	33.860,00	34.100,00	114.400,00	5.033,31	2.923,63	10.114,50	8,84%	104.285,50	
	<b>(S) Total de Saídas:</b>	<b>414.609,94</b>	<b>219.889,63</b>	<b>867.849,20</b>	<b>196.055,70</b>	<b>145.563,78</b>	<b>485.079,44</b>	<b>55,89%</b>	<b>382.769,76</b>	

*[Handwritten signatures and initials]*

## 6.1. OBSERVAÇÕES SOBRE AS DESPESAS E RECEITAS DO PERÍODO

Os representantes da OSCIP informaram que foram identificados equívocos nos valores de rendimentos das aplicações dos recursos informados nos Relatórios Gerenciais Financeiros-RGF, considerando os cálculos de incidência de IOF e IR. Diante disso, os valores de rendimentos foram atualizados na aba "Diário" do RGF e os valores corretos constam nas páginas 12 e 13 desse Relatório.

A representante da SEPLAG orientou a OSCIP que os lançamentos referentes a reserva não devem ser vinculados à categoria "Área Meio" na aba Diário, mas sim "N/A" (Não se aplica) para apresentação correta dos gastos por atividade.

A representante da SEPLAG questionou as informações na aba "Análise" do RGF referentes ao período posterior ao período avaliatório diante da data de entrega do relatório ao Supervisor. O OEP e a OSCIP esclareceram que após a data de entrega da primeira versão do relatório foram necessários ajustes e consideraram pertinente atualizarem as informações até a data de entrega dos relatórios aos membros da Comissão de Avaliação.

A Comissão de Avaliação questionou a quantidade de camisas adquiridas apresentadas no lançamento nº 457 da aba Diário do RGF. Os representantes do OEP e OSCIP esclareceram que o valor é referente a compra de 100 camisas para inauguração da Unidade de Prevenção à Criminalidade.

## 7. SOBRE O RELATÓRIO DE CHECAGEM AMOSTRAL E RELATÓRIO DE CHECAGEM DE EFETIVIDADE

O supervisor adjunto do Termo de Parceria apresentou o Relatório de Checagem Amostral devidamente impresso e assinado e em conformidade com as disposições dos §4º e §5º do art. 44 do Decreto nº 46.020/2012. Como o Relatório de Checagem Amostral aponta processos em desacordo com o Regulamento de Compras e Contratações ou com o Regulamento de Concessão de Diárias e Procedimentos de Reembolso, o Supervisor Adjunto apresentou também Relatório de Checagem de Efetividade, conforme metodologia da SEPLAG.

## 8. RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

### 8.1. RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO ANTERIOR

1. Recomenda-se que a apresentação dos dados do indicador 3.2 seja revista e sugere que a partir dos próximos períodos avaliatórios o resultado do indicador seja mensurado pela média dos percentuais de cumprimento obtidos mensalmente. As representantes do OEP se posicionaram que levarão a sugestão à Diretoria do Programa para alinhamento e darão retorno brevemente, por e-mail, para validação dos integrantes. **RECOMENDAÇÃO ATENDIDA.**

2. Recomenda-se a inclusão nos próximos Relatórios, no indicador 4.2, de informações por tipos de atendimento. As representantes do OEP se posicionaram que levarão a sugestão à Diretoria do Programa e darão retorno brevemente, por e-mail, para validação dos integrantes. **RECOMENDAÇÃO NÃO ATENDIDA.**

Os representantes da OSCIP apresentaram na reunião da Comissão de Avaliação a relação dos tipos de atendimentos realizados pelo Presp e informaram que passarão a constar nos próximos relatórios.

3. Recomenda-se a formalização junto ao Governo Federal acerca da constituição da conta reserva referente aos recursos do Convênio Federal e informar à Comissão até o término do próximo período avaliatório como a OSCIP deverá proceder. **RECOMENDAÇÃO NÃO ATENDIDA.**

A representante do OEP informou que foi realizado contato telefônico com o Governo Federal referente aos rendimentos e foi orientada a informar na prestação de contas a ser realizada em agosto/18 acerca da forma de gestão dos recursos de rendimentos financeiros, conforme Decreto Estadual nº 46.020/12.

4. Recomenda-se o aprimoramento das justificativas dos processos de compras e prestação de serviços, bem como a organização e apresentação de informações referentes aos processos de prestação de contas de viagens. **RECOMENDAÇÃO ATENDIDA.**

## 8.2. RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO ATUAL

1 – A CA recomenda a inclusão das informações apresentadas em reunião nos próximos relatórios, como no indicador 4.2.

## 9. Sobre os Comprovantes de regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal

A OSCIP apresentou o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos com a Receita Estadual, Certidão Negativa de Débitos com a Receita Municipal, todas válidas o que comprova a regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal da entidade no período avaliatório em questão.

## 10. Conclusão

Conforme demonstrado ao longo deste relatório de avaliação, o Termo de Parceria obteve a seguinte pontuação e conceito:

PONTUAÇÃO FINAL: 6,33

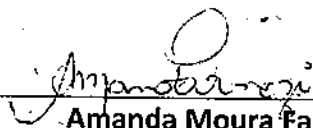
CONCEITO: regular

Diante desse resultado, a Comissão de Avaliação nada tem a se opor à realização do repasse da 4ª parcela de recursos do Termo de Parceria para a OSCIP, observada a legislação pertinente ao Ordenador de Despesas, conforme previsto no Cronograma de Desembolsos do Termo de Parceria, tendo em vista o cumprimento das metas pactuadas no período.



A Comissão de Avaliação reitera que a OSCIP é responsável pela adequada utilização de todos os recursos repassados, bem como pela comprovação de todos os gastos realizados e que a Secretaria de Estado de Segurança Pública é responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Termo de Parceria, devendo comunicar imediatamente a esta Comissão quaisquer irregularidades encontradas, conforme legislação.

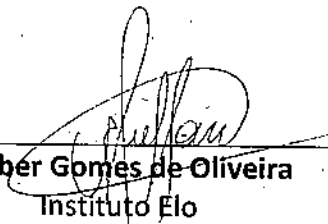
Belo Horizonte, 24 de julho de 2018.



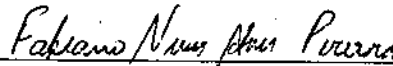
**Amanda Moura Farnezi**  
Secretaria de Estado de Planejamento e  
Gestão



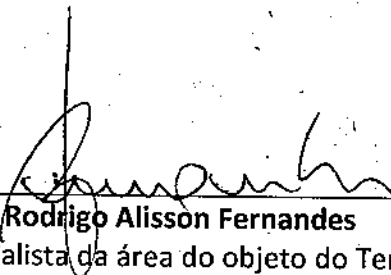
**Andreza Rafaela Abreu Gomes**  
Secretaria de Estado de Segurança  
Pública



**Gleiber Gomes de Oliveira**  
Instituto Elo



**Fabiano Neves Alves Pereira**  
Instituto Elo



**Rodrigo Alisson Fernandes**  
Especialista da área do objeto do Termo  
de Parceria



**Diogo Alves Caminhas**  
Especialista da área do objeto do Termo  
de Parceria

